

Meio ambiente só com trabalho decente e sindicatos rurais fortes!



Na semana do meio ambiente, celebramos os sindicatos rurais, pilares da luta por justiça social no campo, defesa do meio ambiente e para a conquista de direitos para trabalhadoras e trabalhadores rurais. Esses sindicatos estão sob ataque covarde da extrema direita.

Lembramos de Margarida Maria Alves, assassinada em 1983 por defender os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, e de tantos outros que lutaram e continuam lutando por melhores condições de trabalho e vida no campo. A história nos mostra a força da união e a importância dos sindicatos na construção de um país mais justo e igualitário. Não vamos permitir que esse legado seja apagado!

Instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1972, o Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado em 5 de junho, destaca a urgência de repensar a relação entre sociedade e natureza. A data, criada durante a Conferência de Estocolmo, simboliza não somente um marco histórico, mas também um chamado global à responsabilidade ambiental.

Mais do que uma comemoração, o dia propõe uma reflexão objetiva sobre os efeitos das escolhas individuais e coletivas no equilíbrio ecológico. O padrão de consumo, a forma de produção e a organização urbana são aspectos centrais nesse debate, que ganham força diante das mudanças climáticas, da perda de biodiversidade e da exaustão dos recursos naturais.

Para lideranças sociais e ambientais brasileiras, a data ganha peso especial em 2025, ano em que o Brasil se prepara para sediar a COP30, a conferência da ONU sobre mudanças climáticas, prevista para ocorrer em Belém (PA), em novembro próximo.

Rosalina Amorim, secretária do Meio Ambiente da CUT, vê com preocupação a tramitação do chamado “PL da devastação” no Congresso Nacional, que propõe mudanças profundas no processo de licenciamento ambiental. Para a secretária de Meio Ambiente da CUT, a proposta representa um grave retrocesso. “Esse projeto vai na contramão da proteção ambiental que o governo federal vem construindo. Ele fere inclusive princípios constitucionais”, critica.

Entre os principais riscos apontados por Rosalina está a flexibilização dos licenciamentos ambientais. “Permitir licenciamentos sem análise de impactos é devastador. Isso impede o monitoramento adequado, dificulta a cobrança de responsabilidades e compromete a mensuração dos danos causados”, alerta.

O Projeto de Lei atinge inclusive áreas sensíveis sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o que poderia fragilizar ainda mais os mecanismos de proteção existentes.